

Brasil concentra no setor automotivo a retaliação à Argentina

Sergio Leo

Agora, para importar veículos do país vizinho é preciso "anuência prévia" do MDIC

Depois de cogitar a imposição de travas na importação de variados bens argentinos no setor automotivo, em represália ao protecionismo do sócio do Brasil no Mercosul, as autoridades brasileiras decidiram concentrar-se no principal item da pauta: automóveis. Desde quarta-feira, como pode ser conferido na página da Secretaria da Receita Federal na internet, quem tenta importar veículos da Argentina recebe a informação de que é necessária "anuência prévia" do Ministério do Desenvolvimento. Até a semana passada, só era exigida anuência (certificação) do Ibama.

Veículos de passeio, coletivos e de carga somam 32,7%, quase um terço, de todas as vendas argentinas ao Brasil. As compras desses produtos pelo mercado brasileiro aumentaram acima de 30% nos quatro primeiros meses de 2011, comparados ao mesmo período do ano passado. A exigência nova, sem a qual não é emitida a licença de importação no Brasil, está explícita na página www.receita.fazenda.gov.br/aduana/importacao.htm, no item "Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações". Lá se informa que "para determinados países" a anuência é exigida.

O texto é propositadamente vago, para evitar acusações de discriminação, proibida pela Organização Mundial do Comércio, e dar margem de manobra à burocracia. Mas o alvo, garantem os técnicos, é a Argentina, embora o ministério oficialmente não reconheça a retaliação.

Executivos do setor automotivo consultados pelo Valor confirmaram que receberam do governo a informação de que o objetivo é forçar a Argentina a negociar o fim de medidas de retenção de produtos brasileiros nas alfândegas vizinhas. A notícia da nova exigência surpreendeu e foi comentada por executivos de montadoras que se reuniram nesta semana em Buenos Aires para discutir regras de origem e seu tratamento no possível acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Segundo um participante da reunião, os argentinos se comprometeram a redobrar pressões sobre o governo local, para negociar.

Oficialmente, o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, afirma que a medida foi tomada para "monitorar" a importação de automóveis de todas as procedências, que cresceu quase 80% em abril, em relação a abril do ano passado. Ele argumenta que buscou atender a apelos da indústria, temerosa de importação desleal de automóveis da Ásia. Pimentel afirma que o Brasil havia importado US\$ 789 milhões em carros entre janeiro e abril de 2010 e, no mesmo período deste ano, esse déficit superou US\$ 1,9 bilhão.

As montadoras instaladas no país, de fato, vêm se queixando da entrada de concorrentes não submetidos às mesmas dificuldades da produção no país, e apontado aumento na venda de importados e retração nos negócios locais. Mas, embora ninguém do setor queira falar publicamente do assunto, executivos de duas grandes montadoras brasileiras mostraram preocupação com a escalada protecionista no Mercosul e disseram ao Valor ter expectativa, alimentada em Brasília, de que a reação do Brasil leve a Argentina a voltar atrás na retenção de quase 2,5 mil máquinas agrícolas exportadas e submetidas a exigências burocráticas da aduana argentina.

Os empresários defendem que o Brasil aja como acreditam estar atuando a Argentina, dificultando importações oficiosamente pelo manejo de mecanismos burocráticos, segundo comentou um alto executivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O presidente da entidade, Paulo Skaf, recentemente acusou o governo argentino de causar prejuízos de quase US\$ 6 milhões à indústria de chocolate e doces ao reter produtos nas alfândegas às vésperas da Páscoa.

Ontem, a imprensa argentina citava assessores não identificados da ministra da Indústria, Débora Giorgi, negando que o governo vizinho houvesse recebido alguma comunicação por

escrito do governo brasileiro cobrando o fim do protecionismo. Pimentel, por intermédio da assessoria, confirmou, porém, ter enviado a Giorgi carta e fax com o pedido de explicações para a retenção de mercadorias brasileiras. E sustenta que espera resposta. Os secretários-gerais dos ministérios do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, e de Relações Exteriores, Ruy Nogueira, estão de sobreaviso para uma possível viagem a Buenos Aires, caso haja convite da contraparte argentina.

Tanto no Itamaraty quanto no Ministério da Indústria argentino é pronunciada a mesma palavra, "desdramatizar", para definir o estado de espírito nos dois governos. O Itamaraty vem dando apoio às queixas feitas publicamente por Pimentel, porém. O ministro do Desenvolvimento tem garantido aos interlocutores que está fora de questão uma escalada protecionista no Brasil, e que não está em seus planos disseminar barreiras burocráticas ao ingresso de mercadorias.

Os brasileiros reconhecem o argumento levantado pelos argentinos de que as exportações brasileiras vêm crescendo vigorosamente para o país vizinho. Os argentinos também argumentam que os setores que apontam problemas são uma parcela pequena do total - ainda que, potencialmente, a exigência de licenças "não automáticas", ao afetar 577 produtos, possa causar dificuldades a quase 28% das vendas brasileiras ao vizinho. O que é inaceitável, para autoridades e empresários brasileiros, é a insegurança e falta de transparência adotada pela Argentina na administração das importações, que desmoraliza o Mercosul e começa a desestimular multinacionais a contar com a área de livre comércio em suas estratégias de negócios.

Aumenta participação do carro importado no mercado nacional

Marta Watanabe

A aplicação das licenças manuais para a importação de automóveis, além de partes e peças de veículos, deve ser aplicada para os desembarques originados de todos os países. A decisão do governo brasileiro veio num momento de participação crescente dos importados no mercado brasileiro de carros.

Entre os fornecedores externos de automóveis, os argentinos são hoje os maiores. No primeiro trimestre o Brasil importou US\$ 2,4 bilhões em veículos de passageiros. Os argentinos ficaram com fatia de 36,2% desse valor. A Coreia do Sul é a segunda maior fornecedora externa, com 26,3%. O México vem em terceiro, com 13,9%. Novidade na lista entre os fornecedores de veículos, a China ainda tem uma participação pequena, de 4,5%, com exportações de US\$ 38,9 milhões em carros ao Brasil no primeiro trimestre.

Com origens cada vez mais diversificadas, os veículos importados têm ganhado participação maior no mercado doméstico. O total de automóveis e comerciais leves comprados do exterior chegou a 23% dos carros licenciados no Brasil em abril. No primeiro trimestre deste ano essa participação ficou também em 23%, o que significa aumento em relação ao último trimestre do ano passado, que fechou com 22%. Os cálculos são da LCA Consultores, com base em dados da Anfavea, a associação que reúne os fabricantes de veículos. O avanço da fatia dos automóveis importados no mercado doméstico no primeiro trimestre salta aos olhos porque vai em sentido inverso à tendência da indústria geral. Levando em conta todo o setor industrial, a participação dos importados caiu de 20,2% no último trimestre de 2010 para 19,7% no acumulado de janeiro a março deste ano.

Douglas Uemura, economista da LCA, diz que a tendência de participação maior dos veículos importados no mercado não começou nos últimos meses. No primeiro trimestre de 2010 a penetração dos importados nos licenciamentos era de 19% e no mesmo período de 2009, de 16%.

Para o economista a maior fatia dos carros importados está ligada a uma mudança no gosto do consumidor. "No caso do primeiro veículo, está caindo a participação dos carros menores, 1.0, sem opcionais", explica. "Está aumentando a fatia dos carros de maior valor agregado, um nicho muito explorado pelos veículos importados."

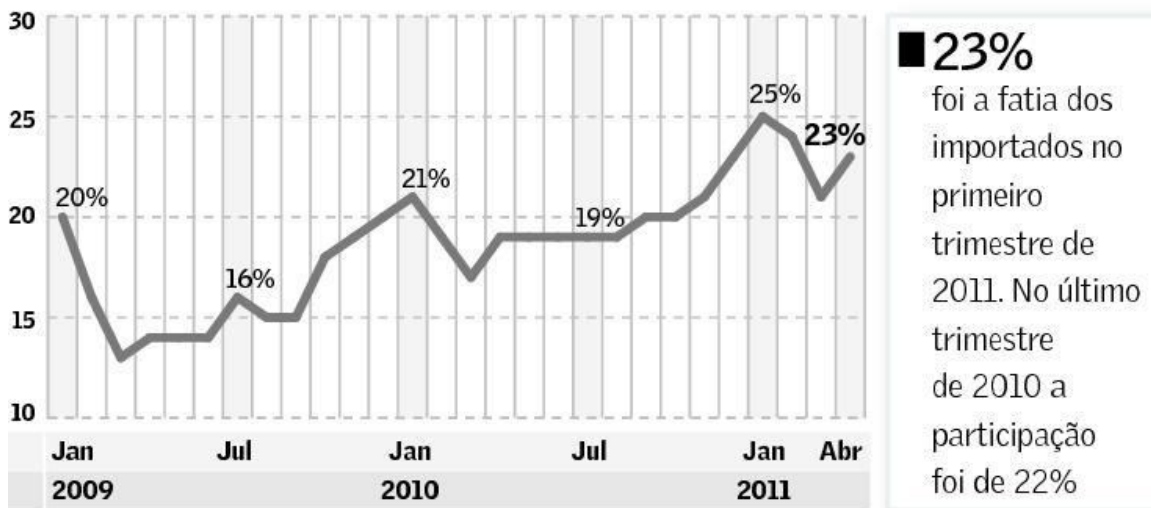
A mudança no gosto do consumidor brasileiro, diz Uemura, é resultado do crescimento da renda e da oferta de crédito. "Há também a ajuda do câmbio, que contribui para a vinda de importados com preços muito competitivos, mesmo quando os carros oferecem opcionais."

O economista lembra que há pelo menos três marcas de veículos chineses chegando com força no mercado. "Há pouco tempo foram os coreanos que ganharam maior participação. Há também uma mudança no tipo de veículo. Antes, os importados se restringiam mais aos carros de luxo."

Especialistas em comércio exterior acreditam que a exportação de veículos serve como porta de entrada para a venda de partes e peças de automóveis no mercado brasileira. No primeiro trimestre os maiores fornecedores externos desses produtos, em termos de valor, foram Argentina, Alemanha e Japão, mas a Coreia e a China vêm aumentando sua participação.

Importados avançam

Participação dos importados nos licenciamentos totais*



Fonte: LCA, com dados da Fenabrave/Anfavea. * Automóveis e comerciais leves

Prejuízo com chocolates é estimado em US\$ 3 milhões

Luciano Máximo

Empresários brasileiros não têm previsão de quando chegará ao fim a barreira do governo argentino a algumas mercadorias exportadas pelo país. Já chega a 60 dias a retenção das vendas de chocolates, tratores, colheitadeiras, geladeiras e outros eletroeletrônicos, dizem empresários dos setores.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados (Abicab), Getúlio Ursolino Netto, disse que companhias associadas estão com US\$ 5 milhões em produtos parados em um estoque na Argentina sem a devida licença para o início da comercialização. "Normalmente, a autorização do governo sai de três a cinco dias. O prejuízo de ter mercadorias paradas já soma US\$ 3 milhões", contou Netto.

Fonte do setor de linha branca informou que algumas carretas carregadas de geladeiras e contêineres com aparelhos eletrônicos também estão há dois meses sem permissão para descarregar no país vizinho. Reunido com empresários em Buenos Aires, representante de uma montadora associada à Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores

(Anfavea) revelou que "ainda não há prazo definido" para o início das vendas das máquinas agrícolas produzidas no Brasil.

Getúlio Ursolino Netto, da Abicab, disse que está em contato com o governo brasileiro para tentar resolver o problema. "Falei com o Alessandro [Teixeira, secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento], que disse que o Brasil poderia tomar medidas de retaliação à Argentina. Mas quem vai ganhar com isso?"

Segundo ele, retaliação pode não ser o melhor "remédio" para o setor de chocolates e doces. "Não estamos inundando o mercado argentino com produtos brasileiros, nossa balança comercial é equilibrada. O que nos deixa preocupados é que o governo argentino não justifica por que não libera nossas mercadorias, gerando uma insegurança jurídica muito forte", complementa o dirigente da Abicab. O setor de chocolates e derivados brasileiro exportou US\$ 44 milhões para a Argentina e importou US\$ 42 milhões, em 2010.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 13, 14 e 15 maio 2011, Primeiro Caderno, p. A4.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais